



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1833559 - SP (2019/0250580-9)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI

RECORRENTE : DHIEGO FRANCIEL FERNANDES

ADVOGADOS : DÉBORA SAMPAIO FUGA - PR064084

BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA - SP352413

RECORRIDO : SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

ADVOGADOS : FABIANO NEVES MACIEYWSKI - PR029043

ANELISE ROBERTA BELO BUENO VALENTE E OUTRO(S) - PR043058

FERNANDO MURILO COSTA GARCIA - PR042615

MATHEUS PINTO DE ALMEIDA - RJ172498

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. RECURSO DE APELAÇÃO. DISCUSSÃO DA VERBA HONORÁRIA. PREPARO. NECESSIDADE.

1. Cuida-se, na origem, de ação de cobrança.

2. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.

3. A ausência de decisão acerca do dispositivo legal indicado como violado impede o conhecimento do recurso especial.

4. Na esteira do art. 99, § 5º, do CPC/2015, o recurso que versa exclusivamente sobre valor de honorários de sucumbência fixados em favor do advogado de beneficiário da justiça gratuita estará sujeito a preparo, salvo se o próprio advogado demonstrar que tem direito à gratuidade. Precedentes.

5. Recurso especial conhecido e não provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por DHIEGO FRANCIEL FERNANDES, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 28/11/2018.

Concluso ao gabinete em: 03/09/2019.

Ação: de cobrança, ajuizada pelo recorrente em face de SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, na qual pretende o pagamento de diferença de correção monetária relativa à indenização percebida pelo seguro DPVAT.

Sentença: julgou procedente o pedido, para condenar a recorrida ao pagamento da diferença de correção monetária incidente sobre o valor de R\$ 13.500,00,

desde o evento danoso (10/08/2017) até a data do efetivo pagamento da indenização.

Decisão unipessoal do Relator: constatando que a apelação interposta pelo ora recorrente versava exclusivamente sobre a verba honorária, determinou a sua intimação, na pessoa do seu advogado, para que recolhesse em dobro o valor do preparo recursal, sob pena de deserção.

Embargos de declaração: opostos pelo recorrente, foram rejeitados.

Acórdão: negou provimento ao agravo interno interposto pelo recorrente, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 248):

“AGRAVO INTERNO. Interposição contra decisão que determinou a intimação do agravante para recolhimento do preparo em dobro, sob pena de deserção. Razões inconsistentes. Apelo que versa exclusivamente sobre honorários advocatícios. Alegação de que o autor é beneficiário da gratuidade da justiça. Irrelevância. Inteligência do artigo 99, §5º, do Código de Processo Civil. Precedentes. Decisão mantida. Recurso desprovido”.

Recurso especial: alega violação do art. 85, § 8º, do CPC/15. Sustenta que: (i) a fixação dos honorários advocatícios em 10% é insuficiente; (ii) "a apelação é da parte autora, sendo ela beneficiária da assistência judiciária gratuita e, por essa razão, não há necessidade do recolhimento de custas" (sic, e-STJ fl. 259).

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da existência de fundamento não impugnado

A parte agravante não impugnou o fundamento utilizado pelo Tribunal de origem quanto à aplicação do art. 99, § 5º, CPC/15, razão pela qual deve ser mantido o acórdão recorrido. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 283/STF.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca do art. 85, § 8º, do CPC/15, indicado como violado, não tendo a parte agravante oposto embargos de declaração com vistas a suprir eventual omissão perpetrada pelo Tribunal de origem.

Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 282/STF.

- Da apelação que versa exclusivamente sobre honorários

Ainda que assim não fosse, verifica-se que o Tribunal de origem alinhou-se à jurisprudência desta Corte ao entender que, na esteira do art. 99, § 5º, do CPC/2015, o recurso que versa exclusivamente sobre valor de honorários de sucumbência fixados em favor do advogado de beneficiário da justiça gratuita estará sujeito a preparo, salvo se o próprio advogado demonstrar que tem direito à gratuidade. Nesse sentido: AgInt no AREsp 1.398.425/SP, 3ª Turma, DJe de 22/03/2019; AgInt no AREsp 1.411.853/SP, 4ª Turma, DJe de 01/07/2019.

Logo, o acórdão recorrido não comporta reforma.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, III e IV, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO do recurso especial e NEGO-LHE PROVIMENTO.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem em desfavor do ora recorrente.

Por derradeiro, previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar a condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora